

11° SIMULADO

TJ RJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

11º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-24-05>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

Telejornais, jornais, discursos políticos, tuítes – avessos a oferecer temas e escapes para as ansiedades e para os medos públicos – não falam de outra coisa hoje senão da “crise migratória” que dominará a Europa, prenunciando o colapso e o fim do estilo de vida que conhecemos, temos e amamos.

A crise tornou-se uma espécie de nome em código, politicamente correto, desta fase da eterna luta conduzida pelos formadores de opinião para conquistar e subjugar as mentes e os corações. As notícias provenientes do campo de batalha estão agora prestes a desencadear um verdadeiro ataque de “pânico moral” (na acepção comumente aceita da expressão, definida pela edição inglesa da Wikipédia como “o temor, generalizado entre muitíssimas pessoas, de que qualquer mal ameace o bem-estar da sociedade”).

Enquanto escrevo estas linhas, uma nova tragédia – fruto de uma dura indiferença e cegueira moral – espera para atacar. Os sinais se multiplicam: gradualmente, mas inexoravelmente, a opinião pública, cúmplice da mídia sedenta de ouvintes, começa a se cansar de sentir compaixão pela tragédia dos refugiados. Crianças que se afogam, a pressa para erguer muros, o arame farpado, os campos de acolhimento superlotados, os governos que disputam para acrescentar ao dano do exílio, da salvação rocambolesca, de uma viagem esgotante e perigosa a chacota de tratar os migrantes como batatas quentes: essas abominações morais já não são mais uma novidade, muito menos “viram notícia”.

Infelizmente, o destino dos traumas é de se converterem na tediosa rotina da normalidade, e o destino do pânico moral é de se consumir e desaparecer dos olhos e das consciências envoltas no véu do esquecimento. Quem ainda se lembra dos refugiados afegãos em busca de asilo na Austrália que se jogam sobre o arame farpado em Woomera, ou que são relegados aos grandes campos de prisioneiros criados pelo governo australiano em Nauru e na Ilha do Natal “para impedir que eles entrem nas águas territoriais”? Ou as dezenas de exilados sudaneses mortos pela polícia no centro do Cairo “depois que o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados os privou dos seus direitos”? (...)

A única saída dos problemas de hoje e das desgraças de amanhã passa pela rejeição das insidiosas tentações de separação; em vez de olhar para o outro lado diante da realidade dos desafios de hoje – que se condensam no conceito “um único planeta, uma única humanidade” –, em vez de lavar as mãos e levantar barreiras contra as irritantes diferenças e dessemelhanças,

e os estranhamentos autoimpostos, devemos ir em busca de oportunidades de encontro aproximado e de contato cada vez mais aprofundado, na esperança de chegar, desse modo, a uma fusão de horizontes, em vez de sua fissão induzida e artificial, mas cada vez mais exasperada.

Sim, estou plenamente consciente de que essa não é uma receita para viver uma vida sem nuvens e sem problemas, nem para realizar facilmente a tarefa a que devemos nos dedicar hoje. Ao contrário, ela anuncia tempos terrivelmente longos, inquietos e dilacerantes. Dificilmente poderá aliviar imediatamente as nossas ansiedades: no início, poderia até desencadear mais medos, agravar ainda mais as atuais desconfianças e animosidades. Mas eu acho que uma alternativa mais rápida, mais cômoda e menos arriscada não existe. A humanidade está em crise: e, dessa crise, não há outra saída senão a solidariedade entre os homens.

Adaptado de Zygmunt Bauman, *Stranieri alle porte* [Estrangeiros às portas]

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. Inere-se do texto que

- a) o autor teme a ocorrência de um pânico generalizado em relação aos imigrantes, cujas tragédias parecem estar virando “tediosa rotina” na opinião pública.
- b) na argumentação do texto, “pânico moral” é conceito técnico que expressa um altíssimo grau de xenofobia e aversão ao novo.
- c) a mídia, sedenta de ouvintes, faz propaganda negativa a respeito dos imigrantes, o que causa ódio na população.
- d) a única solução segura para a “crise migratória” é a rejeição das tentações de separação e aproximação gradual dos diferentes.
- e) para aliviar imediatamente as nossas ansiedades, é necessária uma busca solidária de oportunidades de encontro.

02. Sem prejuízo aos sentidos do texto, o vocábulo “inexoravelmente” (3º parágrafo) poderia ser substituído por:

- a) absolutamente
- b) implacavelmente
- c) intermitentemente
- d) paulatinamente
- e) injustamente

03. Segundo o autor, a “nova tragédia” (3º parágrafo)

- a) ocorreu quando a “crise migratória” se instalou pela Europa
- b) derivou do “pânico moral” conduzido pelos formadores de opinião
- c) consiste em uma exploração sensacionalista de notícias alarmantes
- d) é um sinônimo politicamente correto de “crise migratória”
- e) é sinalizada pela decrescente compaixão pela tragédia dos refugiados

04. No segmento “A crise tornou-se uma espécie de nome em código” (2º parágrafo), a partícula “se” é classificada como

- a) pronome apassivador
- b) pronome reflexivo
- c) pronome recíproco
- d) parte integrante do verbo
- e) índice de indeterminação do sujeito.

05. O segmento “para realizar facilmente a tarefa a que devemos nos dedicar hoje” (6º parágrafo) indica

- a) causa
- b) tempo
- c) intensidade
- d) propósito
- e) consequência

06. A correção gramatical e o sentido original do primeiro período do último parágrafo seriam preservados caso

I- a preposição “de” fosse suprimida.

II- o segmento “a que devemos” fosse reescrito como: “à qual devemos”

III- a preposição “a” fosse suprimida.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item II está certo.

d) Apenas o item III está certo.

e) Todos os itens estão certos.

07. No primeiro parágrafo, os travessões foram empregados para

- a) isolar um aposto
- b) intercalar oração adverbial
- c) separar oração coordenada
- d) enfatizar uma citação
- e) isolar um predicativo

08. Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto I, a forma verbal “há” (6º parágrafo) poderia ser substituída por

- a) existem.
- b) existe.
- c) ocorre.
- d) têm.
- e) tem.

09. O vocábulo “senão” (1º parágrafo) foi empregado com sentido de

- a) alternância
- b) adição
- c) exclusão
- d) negação
- e) retificação

10. A palavra “migratória” recebe acento gráfico pela mesma justificativa que

- a) saída
- b) dominará
- c) espécie
- d) pânico
- e) até

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**Marcos Girão**

11. Acerca dos juízes de direito em matéria de registro público, a LODERJ afirma que:

- a) Não serão excluídos da competência as causas em que houver interesse da fazenda pública, bem como os processos administrativos originários de correições.
- b) Nenhuma das decisões proferidas está sujeita ao duplo grau de jurisdição.
- c) Aos juízes de direito em matéria de registro público, salvo o de registro civil das pessoas naturais, incumbe exercer as atribuições relativas ao registro civil, inclusive a celebração de casamentos.
- d) Aos juízes de direito em matéria de registro público cabe processar e decidir as dúvidas e consultas de matéria administrativa que versem sobre o valor de emolumentos e adicionais sobre ele incidentes, ouvido previamente os três Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça, ficando os efeitos da decisão sujeitos ao referendo do Corregedor-Geral da Justiça.
- e) Aos juízes de direito em matéria de registro público, salvo o de registro civil das pessoas naturais, incumbe processar e julgar os feitos contenciosos e administrativos, relativos aos registros públicos.

12. Em relação aos juízes de direito da Vara de Execuções Penais, com base no texto da LODERJ, marque a alternativa incorreta:

- a) Poderá o Juízo da Vara de Execuções Penais, em residindo o condenado ou liberado condicional fora da Comarca da Capital, e mediante solicitação do interessado, deprecar a fiscalização do cumprimento da execução da pena privativa de liberdade em regime aberto, e das condições impostas para o livramento condicional, ao Juízo Criminal do local do domicílio do apenado.
- b) Aos Juízos das Varas Criminais das demais Comarcas compete a execução das sentenças ou acórdãos substitutivos, nos casos de execução de penas de multa ou restritivas de direito, bem como nas hipóteses de suspensão condicional da pena e medidas de segurança não detentivas, observada a competência dos Juizados Especiais Criminais e dos

Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

- c) No curso da execução, a competência para o prosseguimento da execução passará a ser do Juízo da Vara de Execuções Penais quando ocorrer causa superveniente que importe em recolhimento a estabelecimento penal de qualquer natureza ou a hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.
- d) Aos juízes de direito da Vara de Execuções Penais, com sede na Comarca da Capital e jurisdição em todo o território do estado, compete processar e julgar as causas descritas na lei específica, além da execução penal de suas sentenças ou acórdãos substitutivos, nos quais tenham sido impostas penas de multa ou restritivas de direito, bem como nos casos de sursis ou medida de segurança não detentiva.
- e) Resolução do Órgão Especial disciplinará os procedimentos que serão adotados na execução penal.

13. Quanto ao ingresso nas carreiras do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a Lei n.º 4.620/2005, dispõe que:

- a) O ingresso nas carreiras do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro será mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, no primeiro padrão remuneratório da classe inicial da respectiva carreira, observados os limites legais das despesas com pessoal e a escolaridade exigida para o ingresso em cada carreira.
- b) Em caso de concurso regionalizado, os candidatos serão classificados por região, para os fins de provimento do cargo, só podendo haver remoção para outra região após três anos da nomeação, de acordo com a lotação aprovada e observado o interesse da Administração
- c) O desenvolvimento do serventário nas carreiras de que trata esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, segundo calendário que observe os limites legais das despesas com pessoal.
- d) A progressão funcional e a promoção deverão atender os pré-requisitos estabelecidos em Regulamento, preponderando a antiguidade sobre os demais, dentro do número de vagas previsto no Quadro Único de Pessoal, observado o interstício mínimo de dois anos, que poderá ser dispensado em caso de ausência de candidato que o preencha.

- e) A promoção ou progressão funcional ocorrerá em 02 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja maior que 12.900 (doze mil e novecentos) servidores e menor que 13.150 (treze mil, cento e cinquenta) servidores.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Herbert Almeida

14. José é servidor estadual efetivo e está completando um ano de efetivo exercício. A respeito de seu direito ao gozo de férias, com base no que prevê o Decreto nº 2.479/79, é correto afirmar que

- a) em regra, as férias serão concedidas pelo período de trinta dias por ano civil, de acordo com a escala respectiva.
- b) o direito às férias é adquirido quando o funcionário assume o cargo, independentemente de completar período mínimo de exercício.
- c) caso o funcionário tenha faltado ao serviço, a autoridade competente poderá descontar as faltas do prazo das férias.
- d) a acumulação de períodos de férias é vedada, em qualquer hipótese.
- e) as férias não poderão ser interrompidas e nem parceladas, independentemente do interesse do serviço.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. Alvingel foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Acerca da eleição para o cargo e o Regimento Interno, julgue os itens seguintes.

- a) A eleição é feita pelo Tribunal Especial.
- b) A posse será perante o Órgão Especial.
- c) A escolha do Presidente será precedida por lista tríplice.
- d) Cabe ao Governador nomear o Presidente.
- e) Além do Presidente, será eleito também o Corregedor-Geral de Justiça e três Vice-presidentes.

16. Nos termos da Resolução n. 01/2017 do Órgão Especial, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido caberá a

- a) Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
- b) Núcleo de Auditoria Interna
- c) Escola da Magistratura
- d) Ouvidoria-Geral
- e) Órgãos Colegiados Administrativos;

17. Nos termos da Resolução n. 01/2017 do Órgão Especial, o Conselho da Magistratura tem como missão o desempenho de competências e atribuições definidas em lei, incumbindo-lhe o controle interno da magistratura de primeiro grau e das atividades administrativas e financeiras do Poder Judiciário.

A qual órgão cabe colher dados, compor indicadores e oferecer pareceres necessários à instrução dos processos a serem julgados pelo Conselho da Magistratura.

- a) Serviço Administrativo
- b) Assessoria Técnica de Instrução
- c) Divisão de Processos Judiciais
- d) Serviço de Processamento Criminal
- e) Serviço de Apoio às audiências e sessões

18. Acerca da Consolidação Normativa Judicial, das decisões proferidas pelo Corregedor-Geral da Justiça caberá pedido de reconsideração ou recurso no prazo de

- a) 05 e 08 dias, respectivamente
- b) 08 e 10 dias, respectivamente
- c) 10 e 15 dias, respectivamente
- d) 08 dias para ambos
- e) 10 dias para ambos

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. Sobre a pessoa com deficiência e sua avaliação, assinale a alternativa correta:

- a) Pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de curto ou médio prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b) A avaliação da deficiência é obrigatória em todos os casos.
- c) A avaliação da deficiência, quando necessária, deverá ser realizada pelo profissional de saúde de confiança da pessoa com deficiência ou de sua família.
- d) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- e) Para a avaliação da deficiência, é dispensável a análise dos fatores socioambientais, bastando os fatores psicológicos e pessoais.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. Com relação à expressão "proibidade administrativa", é correto afirmar que se assemelha:

- a) a prejuízo ao erário.
- b) a enriquecimento ilícito.
- c) a atentado contra os princípios da Administração Pública.
- d) à moralidade administrativa.
- e) a dano ao patrimônio público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Selecione abaixo uma das características da modalidade licitatória convite, prevista na Lei 8.666/1993:

- a) antecedência mínima de divulgação do edital de oito dias úteis em relação ao recebimento das propostas.
- b) participação de interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas.
- c) participação mínima de dois licitantes.
- d) publicidade do instrumento convocatório mediante publicação na imprensa oficial.
- e) possibilidade de julgamento das propostas por um único servidor.

22. Suponha que determinado estado brasileiro, (1) estabeleceu a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção em espaços públicos pela população em geral e (2) cominou multa àqueles que descumprirem a nova regra.

Assumindo que as medidas foram regularmente estabelecidas e que visam proteger a saúde da população em face do surgimento de novo tipo de vírus, é correto afirmar que

- a) ambas as medidas decorrem diretamente do poder de polícia, o qual pode se manifestar mediante atos normativos ou concretos.
- b) a primeira medida decorre diretamente do poder regulamentar e a segunda, do poder disciplinar.
- c) ambas as medidas decorrem do poder de polícia, o qual dá azo à responsabilidade criminal dos infratores.
- d) ambas as medidas decorrem do poder regulatório, conferido às autoridades sanitárias em situações emergenciais.
- e) a primeira medida decorre do poder hierárquico e a segunda, do poder disciplinar.

23. Suponha que determinada empresa foi contratada pelo poder público estadual para desenvolver sistema informatizado que tem por objetivo viabilizar pagamento de auxílio financeiro a pessoas carentes, de maneira similar ao Programa federal Bolsa Família. Após o código-fonte do sistema ter sido recebido e pago pela Administração, foram identificados defeitos resultantes de falhas no seu desenvolvimento, as quais impediam o bom funcionamento do sistema e o lançamento do programa assistencial. Neste caso,

- a) o contratado não é obrigado a reparar os vícios, considerando que o recebimento realizado pela Administração tem eficácia liberatória ampla.
- b) o contratado é obrigado a reparar as incorreções, devendo a Administração pagar exclusivamente os custos dos reparos, não sendo devida qualquer importância a título de lucro.
- c) o contratado é obrigado a reparar as incorreções, às suas expensas.
- d) o contratado estará obrigado a efetuar os reparos, exceto naquilo que houve fiscalização desempenhada pela Administração, a qual reduz a responsabilidade da empresa contratada pelos vícios detectados.
- e) o contratado somente estará obrigado a efetuar os reparos caso individualizada a conduta de seus agentes.

24. Considerando a disciplina atinente à classificação dos atos administrativos, é correto afirmar que a homologação é ato:

- a) discricionário.
- b) enunciativo.
- c) que corrige ato administrativo anteriormente praticado que apresente determinados vícios.
- d) normativo que rege o funcionamento interno de cada órgão da Administração.
- e) vinculado e unilateral.

25. Quanto às empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a alternativa correta:

- a) sua criação é diretamente realizada por lei específica.
- b) sua responsabilidade civil será sempre regida por regras originárias do direito privado.
- c) submetem-se à supervisão por vinculação, a qual não pode resultar redução da autonomia conferida pela lei específica que autorizou a criação da entidade supervisionada ou da autonomia inerente à sua natureza.
- d) a admissão de seu pessoal exige prévia aprovação em concurso público, o qual garante-lhes o direito à estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.
- e) podem assumir qualquer das formas jurídicas admitidas pelo direito empresarial.

26. Considerando o que prevê a Lei 8.666/1993 e o Decreto 9.412/2018, é dispensável a licitação:

- a) para contratação direta de artista consagrado.
- b) para contratação de serviços de publicidade e divulgação.
- c) nos casos de emergência, somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de noventa dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência, permitida uma única prorrogação do respectivo contrato.
- d) quando acudir um único interessado à licitação e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- e) para compras de valor até R\$ 17.600,00, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

27. A respeito do impedimento para se atuar em processo administrativo, é correto afirmar que:

- a) alcança servidor interessado na solução do processo, desde que seja interesse direto.
- b) alcança servidor que esteja litigando com o interessado ou respectivo cônjuge, desde que seja judicialmente.
- c) alcança o agente público que possui amizade íntima comprovada com algum dos interessados no processo.
- d) impõe ao agente público a vedação geral à sua atuação no processo administrativo.
- e) não afasta o servidor do processo em que se decide recurso administrativo, na medida em que diz respeito à competência indelegável.

28. Acerca da responsabilização do Estado por danos provocados por seus agentes, atuando nesta condição, é correto afirmar que a culpa da vítima

- a) somente afeta a responsabilidade estatal quando se está diante da teoria da culpa administrativa.
- b) afeta a responsabilidade estatal no âmbito da teoria do risco integral.
- c) poderá caracterizar, sob a teoria do risco administrativo, excludente ou atenuante da responsabilidade estatal, a depender da confluência de outros fatores causais.
- d) sempre será hipótese de excludente da responsabilidade do Estado.
- e) sempre será hipótese de atenuante da responsabilidade do Estado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

29. O Ministério Público ajuizou ação popular contra determinado museu, criado sob a forma de fundação privada, após decisão do dirigente da entidade, que divulgara, no órgão de imprensa local, que diversos itens pertencentes ao acervo histórico da entidade seriam destruídos dentro de alguns meses. A justificativa apresentada para a adoção da medida foi a insuficiência dos recursos públicos que vinham sendo destinados à manutenção de parcela

do patrimônio da instituição. Da análise da situação descrita, pode-se inferir, corretamente, que:

- a) Contra a fundação não poderia ter sido ajuizada ação popular, já que não se trata de pessoa jurídica de direito público.
- b) A Constituição Federal exige que o dano ao patrimônio histórico seja efetivo, não se admitindo, enquanto não consolidada a lesão, o ajuizamento de ação popular com intuito meramente preventivo.
- c) O Ministério Público não possui legitimidade para ajuizar ação popular, embora não haja impedimento para que o museu figure no polo passivo da demanda.
- d) O Ministério Público, embora detenha legitimidade para a propositura de ação popular, ficará sujeito ao ônus de sucumbência caso a decisão judicial lhe seja desfavorável.
- e) A ação, visando evitar ou reprimir ato lesivo ao patrimônio histórico, deve ser promovida privativamente pelo Ministério Público.

30. A respeito da composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), considere:

- (I). Os únicos membros natos do Conselho são o Presidente e o Ministro-Corregedor.
- (II). O CNJ é composto por 15 membros, os quais deverão submeter-se à sabatina do Senado Federal, para posterior nomeação pelo Presidente da República.
- (III). Os membros poderão ser reconduzidos ao cargo somente uma única vez.
- (IV). Dentre os membros externos à magistratura, há representantes de todas as funções essenciais à justiça.
- (V). Os membros do Ministério Público da União e do Ministério Público Estadual são escolhidos pelo Procurador-Geral da República.

Está correto o que se afirma em:

- a) III e V, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II, III, IV e V.
- d) II e IV, apenas.
- e) I e III, apenas.

31. Lizindauro, Promotor de Justiça Estadual, solicitou à instituição sua remoção para outra localidade, após ter completado dois anos de exercício. Tendo seu pleito recusado, decidiu, então, exercer a advocacia em outro estado, o que acabou levando à perda do cargo em virtude de decisão proferida pela maioria absoluta dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). De acordo com a Constituição da República, é correto dizer que:

- a) Não há impedimento à perda do cargo por decisão do CNMP, uma vez que, antes de completados três anos de exercício, os membros da instituição não gozam da garantia da vitaliciedade.
- b) A solicitação de Lizindauro é inconstitucional, já que aos membros do MP estende-se a garantia da inamovibilidade.
- c) Lizindauro jamais poderia ter sofrido a perda do cargo após ter completado dois anos de exercício, já que, a essa altura, já teria adquirido a vitaliciedade.
- d) Não há vedação ao exercício da advocacia em território não abrangido pela competência do MP Estadual, razão que torna injustificada a perda do cargo do Promotor.
- e) Lizindauro poderia, mediante solicitação ou por motivo de interesse público, ser removido, mas a ele é vedado o exercício da advocacia. A perda do cargo, no entanto, só poderia ter sido determinada judicialmente.

32. Jalécio é empregado de empresa pública estadual e, dois meses após ter sido contratado, decidiu aderir ao movimento grevista da categoria respectiva. O dirigente da entidade, no entanto, considerou abusivo o exercício de tal prerrogativa, vez que ausente norma legal disciplinando o direito garantido pela Constituição. De acordo com o que determina a Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) Assiste razão ao dirigente da entidade, uma vez que o direito de greve, em relação aos agentes públicos da administração pública direta e indireta, é garantido por meio de norma de eficácia limitada.
- b) Aos empregados públicos é garantido o direito de greve, nos mesmos moldes das regras aplicáveis aos

trabalhadores da iniciativa privada, independentemente de regulamentação legal.

- c) O exercício de greve pelos empregados da empresa não pode ser considerado abusivo, já que assegurado pela CF/88 em norma de eficácia plena.
- d) Jalécio deveria ter impetrado mandado de injunção, a fim de exigir do Poder Público a edição de norma regulamentadora, da qual depende a fruição do direito em questão.
- e) O exercício do direito de greve, assegurado pela Constituição aos trabalhadores da iniciativa privada, não foi estendido aos empregados de entidades da administração indireta, ainda que admitidos segundo o regime celetista.

33. Percival foi eleito deputado federal. Logo após a diplomação e dias antes da posse no referido cargo, o parlamentar é preso em flagrante, ao cometer crime de tortura. Os autos foram, então, imediatamente remetidos ao Congresso Nacional, o qual, mediante voto da maioria absoluta dos membros das duas Casas, decidiu pela manutenção da prisão.

- a) A prisão de Percival encontra guarida no texto constitucional, o qual, embora tenha conferido imunidade processual aos membros do Poder Legislativo, a estes não atribuiu imunidade contra a prisão.
- b) A prisão de Percival se deu em total desrespeito aos comandos constitucionais, considerando que, atualmente, a CF/88 veda a prisão de parlamentares federais.
- c) Percival não poderia ter sido preso ao cometer crime de tortura, já que este é imprescritível e insuscetível de graça e anistia, porém sujeito a fiança.
- d) Embora a decisão acerca de sua manutenção não coubesse ao Congresso, a prisão de Percival encontra respaldo no texto constitucional, já que o flagrante de crime inafiançável ocorrera após a diplomação.
- e) Não há que se falar em imunidade contra a prisão antes da posse no cargo, razão pela qual não caberia ao Congresso nacional decidir se Percival deveria ser mantido preso ou não.

34. Com base no que dispõe a CF/88 e a jurisprudência acerca dos direitos políticos, assinale a opção correta:

- a) A Constituição não prevê hipóteses de inelegibilidade absoluta, não podendo a capacidade eleitoral passiva ser restringida em relação a todo e qualquer cargo eletivo.
- b) A inelegibilidade em razão de parentesco incide apenas em relação aos cargos de chefia do Poder Executivo.
- c) A cassação de direitos políticos somente é admitida no caso de perda de nacionalidade brasileira, em virtude de aquisição de outra.
- d) A inelegibilidade reflexa poderá ser afastada com a dissolução do vínculo conjugal, no curso do mandato.
- e) A iniciativa popular é forma de exercício da democracia indireta.

35. Lei municipal X introduziu diversas regras pertinentes ao sistema previdenciário de seus servidores, que passariam, a partir de então, a contar com Regime Próprio aplicável aos ocupantes de cargos efetivos, exclusivamente em comissão e eletivos. Ficou estabelecido que tais agentes deveriam, também, aposentar-se compulsoriamente aos 75 anos de idade. Em seguida, foi editada a lei Y, fixando novos tetos remuneratórios para o funcionalismo público, variáveis por Poder. À luz do que determina a Constituição Federal, é possível concluir que:

- a) A Lei X é inconstitucional, haja vista que o novo Regime Próprio somente seria aplicável aos ocupantes de cargos efetivos e comissionados.
- b) Apenas a lei Y seguiu os mandamentos constitucionais, uma vez que aos estados e municípios faculta-se a adoção de limites remuneratórios variáveis por poder, em substituição ao teto único do Poder Executivo.
- c) A lei Y incorre em flagrante inconstitucionalidade, ao ignorar a regra que estabelece o subsídio do prefeito como subteto para todo o funcionalismo público municipal, no âmbito de todos os Poderes.
- d) Apenas a lei X contém disposição contrária ao que determina a CF/88, uma vez que a aposentadoria

compulsória não se aplica aos ocupantes de cargos eletivos e exclusivamente em comissão.

e) As leis X e Y devem ser consideradas válidas, já que obedeceram às diretrizes fixadas pela CF/88.

36. Suponha que tenha sido aprovada lei federal alterando o Código de Processo Civil em vigor. O mesmo diploma legal inaugurou, também, diversas regras relacionadas a procedimentos em matéria processual e ao funcionamento dos juizados especiais. Com base no que dispõe nossa atual Constituição, assinale a alternativa verdadeira:

- a) Embora sejam válidas as modificações empreendidas no Código de Processo Civil, as demais deverão restringir-se ao âmbito da União, sob pena de invasão às competências legislativas dos demais entes.
- b) Os temas foram abordados em sintonia com as competências legislativas atribuídas à União, em caráter de exclusividade.
- c) A lei deverá ser declarada inteiramente inconstitucional.
- d) A lei poderá ser declarada válida, desde que tenha se limitado a tratar de normas gerais, apenas.
- e) A União não tem competência para legislar sobre procedimentos e matéria processual e juizados especiais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Ricardo Torques**

37. A intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo.

- a) A intimação é um ato exclusivamente judicial e não poderá ser feita por advogados.
- b) A intimação dos entes políticos e entidades da administração indireta deverá ser realizada perante o órgão da Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.
- c) Constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento não acarreta qualquer consequência processual.
- d) A intimação, ao contrário da citação, não poderá ser realizada por oficial de justiça.
- e) Para que sejam válidas, as intimações devem ser recebidas pessoalmente pelo interessado.

38. A contestação é uma das modalidades de resposta do réu. De acordo com o Código de Processo Civil:

- a) o ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.
- b) impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público e ao advogado dativo, apenas.
- c) depois da apresentação da contestação, o réu não poderá deduzir novas alegações em hipótese alguma.
- d) ainda que sejam relativas a direito ou fato superveniente, o réu não poderá deduzir novas alegações após o oferecimento da contestação.
- e) caso o réu não se manifeste sobre todas as alegações de fato constantes da inicial, haverá presunção absoluta de veracidade.

39. Com base nas disposições do Código de Processo Civil, pode-se afirmar que a audiência de instrução e julgamento:

- a) dispensa nova tentativa de conciliação.
- b) permite que o juiz ordene que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente, mas não admitem o uso de força policial.
- c) admite a produção da prova oral, devendo ser seguida obrigatoriamente a ordem prevista no Código.
- d) permite que os advogados e o Ministério Público intervenham livremente enquanto o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas estiverem depondo.
- e) pode ser adiadas por convenção das partes.

40. A confissão ocorre quando a parte admite a verdade de fato contrário ao seu interesse e favorável ao do adversário. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A confissão só poderá ser realizada judicialmente.
- b) A confissão judicial espontânea é personalíssima e só poderá ser feita pela própria parte.
- c) A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.
- d) A confissão judicial faz prova contra o confitente e prejudicará os litisconsortes.
- e) A confissão poderá ser revogada a qualquer tempo.

41. Uma das espécies probatórias regulada pelo Código de Processo Civil é a inspeção judicial. Pode-se afirmar que:

- a) só poderá ser realizada de ofício pelo magistrado.
- b) poderá ser realizada em qualquer fase do processo, com a finalidade de inspecionar pessoas ou coisas e, assim, esclarecer sobre fato que interesse à decisão da causa.
- c) poderá ser realizada apenas na fase de conhecimento, restringindo-se à inspeção de pessoas, pois as coisas deverão ser objeto de perícia.
- d) a inspeção judicial será realizada pelo juiz, assistido de um oficial de justiça.
- e) as partes têm direito de assistir à inspeção e devem prestar esclarecimentos, sendo-lhes vedado acrescentar observações.

42. Ao proferir uma decisão, o juiz poderá resolver o mérito ou não. Sobre a sentença no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz não resolverá o mérito quando o processo ficar parado por mais de 1 ano por negligência das partes, sendo dispensada intimação prévia para que se manifestem.
- b) Havendo abandono da causa pelo autor, o juiz poderá decidir independentemente de requerimento do réu.
- c) A desistência da ação deverá ser apresentada até o oferecimento da contestação.
- d) O juiz resolverá o mérito quando decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência da prescrição.
- e) Quando o juiz decidir sem resolver o mérito, a parte poderá propor novamente a ação, desde que comprove o pagamento ou depósito das custas e dos honorários de advogado.

43. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação. Nesse caso:

- a) a liquidação de sentença ocorrerá de ofício pelo juiz.
- b) cabe apenas o credor requerer a liquidação de sentença.
- c) havendo necessidade de alegar e provar fato novo, a liquidação de sentença deverá ser realizada pelo procedimento comum.
- d) quando a sentença apresentar uma parte líquida e outra ilíquida, o credor deverá aguardar a liquidação para que possa executar a sentença na íntegra.
- e) em caso de interposição recursal, não é possível realizar a liquidação da sentença.

44. Uma das espécies recursais possíveis diante de uma sentença é a apelação. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A apelação não é dotada de efeito suspensivo.
- b) A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.
- c) A apelação devolverá ao juízo o conhecimento da matéria impugnada.
- d) Ainda que o processo esteja em condições de imediato julgamento, não caberá ao Tribunal julgá-lo, devendo remeter ao juízo *a quo* para uma nova decisão.
- e) As questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação em razão de ocorrência da preclusão temporal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

45. No que tange aos princípios e à aplicação da lei processual penal, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O princípio do devido processo legal consiste no direito de não ser privado da liberdade e de seus bens, sem a garantia que supõe a tramitação de um processo desenvolvido na forma que estabelece a lei.
- b) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, vigendo em regra o princípio da irretroatividade, salvo quando a norma processual penal material tiver conteúdo de direito penal, retroagindo em benefício do acusado.
- c) O princípio do juiz natural pressupõe a existência de um órgão julgador técnico e isento, com competência estabelecida na própria Constituição e nas leis de organização judiciária de modo a impedir que ocorra julgamento arbitrário ou de exceção.
- d) A lei processual penal não admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- e) As provas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais são inadmissíveis; também o são as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras ilícitas.

46. De acordo com o Inquérito Policial, considere as assertivas a seguir:

- I- a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito por falta de base para a denúncia.
- II- o inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de 60 dias, quando estiver solto.
- III- o indiciado poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.
- IV- o inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa quando servir de base a uma ou outra.

Assinale a opção correta:

- a) I, III, e IV estão erradas.
- b) II, e IV estão certas.
- c) III e IV estão certas.
- d) I, e IV estão erradas.
- e) I, II e IV estão corretas.

47. Pedro está sendo processado pelo crime de desobediência e falsa identidade, ambos do Código Penal. Contudo, Pedro não foi localizado, e em razão disso foi citado por meio de edital. Pedro não compareceu ao interrogatório nem indicou advogado para a sua defesa. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar:

- a) o processo ficará arquivado até a localização do réu.
- b) o processo ficará suspenso, bem como o curso do prazo prescricional.
- c) será possível apenas a suspensão do processo.
- d) o processo deverá ter regular andamento à revelia do autor.
- e) haverá apenas a suspensão do curso do prazo prescricional, o que possibilitará a produção de provas.

48. Com relação aos sujeitos processuais, assinale a alternativa correta:

- a) O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.
- b) O juiz dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes, se ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- c) A falta de comparecimento do defensor, ainda que motivada, não determinará o adiamento de ato algum do processo, devendo o juiz nomear substituto, ainda que provisoriamente ou apenas para o efeito do ato.

- d) O assistente de acusação pode intervir em todos os termos da ação pública ou privada, pode ser admitido em qualquer fase processual, inclusive após a sentença.
- e) Os órgãos do MP sujeitam-se às mesmas prescrições relativas à suspeição dos juízes, mas não se aplicam as regras de impedimento.

49. Sobre a ação penal é correto afirmar:

- a) Nos crimes praticados em detrimento do patrimônio dos municípios, a ação penal impescinde de representação.
- b) A perempção afeta a ação penal pública, mas não tem eficácia sobre a ação penal privada subsidiária da pública.
- c) A ação penal pública será instaurada por denúncia do Ministério Público, que dela poderá desistir se convencer-se da inocência do acusado.
- d) A ação penal pública condicionada à representação da vítima será julgada extinta se o ofendido se retratar antes da sentença.
- e) Caberá ação penal privada subsidiária da pública se o representante do Ministério Público se mantiver inerte, não oferecendo a denúncia, no prazo legal.

50. Em se tratando de procedimento de rito ordinário ou sumário é correto afirmar:

- a) O juiz deverá absolver sumariamente o Acusado na falta de condição para o exercício da ação penal.
- b) Recebida a denúncia e ofertada a resposta aos termos da acusação, sendo o Réu inimputável, o Juiz não poderá absolvê-lo sumariamente, ainda que verificada a existência manifesta de causa excludente de culpabilidade.
- c) No rito ordinário, ocorrendo citação por edital, o prazo para a defesa não poderá ser contado do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.
- d) No caso de réu citado por edital que não comparece nem nomeia advogado, haverá apenas a suspensão do processo e não do prazo prescricional.

- e) O juiz deverá absolver sumariamente o acusado, quando se verificar faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal.

51. Assinale a alternativa correta, considerando os feitos sujeitos à competência do Tribunal do Júri.

- a) O julgamento pelo Tribunal do Júri não será adiado pelo não comparecimento do acusado solto que tiver sido regularmente intimado.
- b) Com relação à primeira fase do procedimento do tribunal do júri, o juiz impronunciará o acusado quando provado não ser ele autor ou partícipe do fato.
- c) O acusado solto que não for encontrado não poderá ser intimado por edital da decisão de pronúncia.
- d) Durante os debates, as partes não poderão fazer referências à pronúncia, e os jurados não poderão ter acesso à decisão, ainda que solicitem a consulta aos autos.
- e) O processo não prosseguirá até que o réu solto seja intimado pessoalmente da decisão de pronúncia.

52. A respeito do habeas corpus é correto afirmar que:

- a) não pode ser concedido de ofício.
- b) não pode ser impetrado quando a coação ilegal for decorrente da ocorrência da extinção da punibilidade.
- c) constitui meio hábil para o reconhecimento da decadência.
- d) só pode ser impetrado se o paciente estiver preso.
- e) o promotor de justiça não pode impetrar pedido de *habeas corpus*.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Acerca da consolidação normativa judicial, assinale a opção correta

- a) a administração externa das escrivânicas deverá observar os princípios da legalidade e da eficiência e será organizada segundo o padrão do processamento integrado em equipes, sendo exercida pelo chefe de serventia, sob a supervisão do juiz de direito em exercício na vara.
- b) a administração interna das escrivânicas deverá observar os princípios da legalidade e da eficiência e será organizada segundo o padrão do processamento integrado em equipes, sendo exercida pelo chefe de serventia, sob a supervisão do juiz de direito em exercício na vara.
- c) a administração interna das escrivânicas deverá observar os princípios da legalidade e da eficiência e será organizada segundo o padrão do processamento integrado em equipes, sendo exercida pelo juiz titular, sob a supervisão do corregedor-geral de justiça.
- d) A administração interna das escrivânicas deverá observar os princípios da legalidade e da eficiência e será organizada segundo o padrão do processamento integrado em equipes, sendo exercida pelo Chefe de Serventia, sob a supervisão do corregedor-geral de justiça.
- e) A administração interna das escrivânicas deverá observar os princípios da legalidade e da eficiência e será organizada segundo o padrão do processamento integrado em equipes, sendo exercida pelo Chefe de Serventia e o Juiz de Direito, sob a supervisão do Corregedor-Geral de Justiça.

54. Humberto, Doisberto e Tresberto estão lotados na segunda vara cível da comarca de Petrópolis.

- Humberto atende ao público;
- Doisberto expede certidões de publicação;
- Tresberto movimenta e insere dados no sistema.

Os servidores integram, respectivamente, as equipes de

- a) Administrativa, Digitação e Processamento.

- b) Processamento, Digitação e Administrativa.
- c) Digitação, Digitação e Processamento.
- d) Digitação, Digitação e Administrativa.
- e) Administrativa, Digitação e Digitação.

55. As serventias, respeitadas as suas peculiaridades de estrutura e funcionamento, adotarão o sistema básico de documentação.

Nos termos da Consolidação Normativa Judicial, não faz parte desse sistema básico

- a) Leis e atos normativos em geral
- b) Livro pronto
- c) Classificadores
- d) Controle
- e) quadros de publicidade

56. Acerca do registro de sentença, assinale a opção incorreta

- a) Considerar-se-á registrada a sentença no momento de seu lançamento no sistema informatizado com aposição da assinatura digital pelo Juiz que a prolatou
- b) É vedada a elaboração de livro de sentenças em meio físico.
- c) É obrigatória a assinatura digital do Juiz prolator no texto da sentença lançado no sistema informatizado.
- d) Caberá a Serventia Judicial o lançamento do texto integral da sentença.
- e) É expressamente vedada a juntada aos autos físicos de texto diverso ao lançado eletronicamente.

57. Processo de separação judicial será autuado com a capa

- a) Rosa
- b) Branca
- c) Azul
- d) Verde
- e) Roxa

58. As folhas serão reunidas por meio de grampo-encadernador metálico (grampo-trilho ou colchete) ou plástico. Sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns desde que

- a) Tenham no mínimo 30 (trinta) folhas.
- b) Não ultrapassem o número de 30 (trinta) folhas.
- c) Tenham no mínimo 50 (cinquenta) folhas.
- d) Não ultrapassem o número de 50 (cinquenta) folhas.
- e) Tenham até 100 folhas

59. Jamelão é juiz de direito na oitava vara criminal da capital. Jamelão pretende criar rotinas complementares, objetivando a regularidade e a celeridade dos serviços cartorários.

Qual o instrumento a ser utilizado?

- a) Portaria
- b) Decreto
- c) Resolução
- d) Ordem de Serviço
- e) Provimento

60. Caso o chefe de serventia verifique que determinados autos estejam paralisados há mais de 30 dias, deverá

- a) Certificar nos autos e esperar mais 10 dias.
- b) Fazer conclusos em 48 horas.
- c) Certificar nos autos e esperar mais 30 dias.
- d) Fazer conclusos em 24 horas.
- e) Ligar para aquele que está dando causa a paralização.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-24-05>

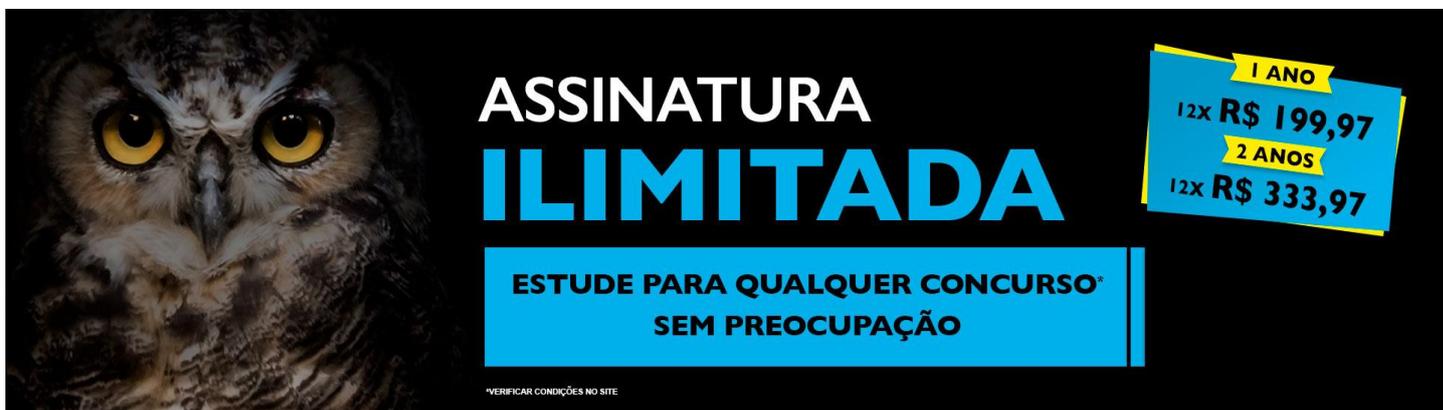
Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner with a dark background. On the left is a close-up of an owl's face with yellow eyes. In the center, the text 'ASSINATURA ILIMITADA' is written in large, bold, light blue letters. Below this, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO* SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, there is a yellow and blue price tag with two options: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, there is a small text '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.